

O Plano Brady e o Memorial da Corrupção

Depois de amadurecer lentamente durante pelo menos três anos, desde que surgiu pela primeira vez nas discussões sobre dívida externa dos países do chamado Terceiro Mundo, a idéia de se colocar o problema sob um enfoque predominantemente político está vitoriosa. Quem lê nossos editoriais sabe que, para nós, isso não constitui surpresa. Nunca duvidamos de que acabaríamos chegando lá. O que de certa forma surpreende e surpreende agradavelmente é a rapidez com que, a partir da eleição do presidente Bush, e por determinação do sucessor de Ronald Reagan, passou-se da aceitação geral da idéia para a elaboração de um plano concreto cujas linhas gerais acabam de ser apresentadas ao Congresso norte-americano pelo subsecretário do Tesouro, David Mulford. E a rapidez com que se passou da aceitação, em tese, da idéia à apresentação das linhas gerais do chamado Plano Brady — basicamente o que se conhece até agora são apenas as metas estabelecidas preliminarmente — nos autoriza a esperar que a fase burocrática, digamos assim, de implementação pormenorizada da execução do plano, seja também muito mais rápida do que se poderia pensar alguns dias atrás.

De acordo com as metas estabelecidas, cada país devedor será beneficiado com uma redução de, pelo menos, 20% dos encargos da dívida. Tanto do principal quanto dos juros. Para financiar a execução do plano haverá novos fundos para o FMI e para o Banco Mundial. Como explicou o subsecretário do Tesouro norte-americano, haverá a possibilidade de cada país obter redução muito maior do que 20%, **dependendo da eficiência com que seus governos souberem se adaptar às novas regras do jogo.**

Isso significa que não se trata de um **leite de pato**, determinado pela generosidade de uma das partes envolvidas no jogo, mas de uma modificação das regras do jogo que, no entanto, não serão menos rigorosas e estritas do que as que estiveram em vigor até agora.

Quem acompanhou o noticiário sobre a gênese do Plano Brady e os comentários da imprensa especializada dos Estados Unidos e da Europa, a respeito do assunto, sabe que a reputação dos governos devedores — estamos nos referindo especificamente aos países latino-americanos — não é diferente lá fora daquela de que eles gozam perante seus próprios povos. Os governos e a opinião pública, em geral, dos chamados países ricos, para suprema humilhação nossa, associam quase que **pavlovianamente** América Latina a corrupção e incompetência governamental, da mesma forma como a imensa maioria das populações latino-americanas, pelo mesmo mecanismo de reflexo condicionado, associa automaticamente as palavras **governo** e **político** a corrupção e incompetência.

É por isso que tanto o secretário do Tesouro quanto o subsecretário Mulford fizeram questão de enfatizar as **condicionalidades** que acompanharão a execução do novo plano sempre que falaram sobre ele. No que diz respeito a **condicionalidades**, portanto, nada vai mudar daqui para a frente.

O que poderá mudar, na América Latina, é o **bode expiatório** selecionado por políticos e até por governos que não tiveram competência para tirar todos os benefícios que a nova situação pode proporcionar, para justificar os fracassos administrativos, as crises econômicas, sociais e políticas, que não vão reduzir-se em nada com o simples alívio do peso da dívida, pela simples razão de que não têm nada que ver com o peso da dívida. É possível que amanhã o **bode expiatório** deixe de ser o FMI e passe a ser o **Plano Brady**.

O que aconteceu neste fim de semana, no festival organizado pelo governador Quérzia para inaugurar o seu **Memorial da América Latina**, autoriza essa suposição. Um dos principais **números** do festival foi o seminário para a discussão exatadamente do problema da dívida externa. Como é comum acontecer em seminários sobre esse assunto organizados com objetivos exclusivamente políticos, rigorosamente não houve discussão. Os organizadores do evento tiveram o cuidado de selecionar cuidadosamente os “debatedores” de tal forma que não surgissem no seminário opiniões divergentes. Todos os “debatedores”, nacionais e estrangeiros — a começar pelo indispensável convidado cubano —, eram confiáveis defensores da tese de que o Brasil só não se encontra na invejável situação de inédita prosperidade dos países que vivem no futuro, graças à fantástica eficiência de suas economias neocapitalistas, porque sofre a torpe exploração dos seus credores estrangeiros.

Foram alguns desses “debatedores” que, interrogados pela imprensa sobre o que pensam do **Plano Brady**, deram a dica sobre o futuro **bode expiatório**, ao declararem que se trata simplesmente de um expediente do governo norte-americano para dividir os devedores, prevenindo-se contra a moratória conjunta que eles preconizam.

Mas a grande estrela do festival do **Memorial** e do seminário sobre a dívida foi o governador Quérzia que, como vem fazendo desde que começou a **fritar** a candidatura do dr. Ulysses para levar o PMDB a lançar a sua própria, sobressaiu-se como o mais intrépido adversário de qualquer acordo nacional entre devedores e credores. E a nossa Elisa Doolittle — lembrem-se do musical **My Fair Lady?** —, expondo mais uma vez as limitações didáticas do seu professor Higgins, saiu-se com um argumento definitivo para demonstrar que incompetências e “prodigalidades” como as suas não têm a menor parcela de responsabilidade pela crise em que o Brasil mergulhou desde que os economistas do seu partido, alguns deles presentes no seminário, estiveram no comando da política econômica do governo Sarney: “Com o dinheiro que gastei neste ano pagando a dívida externa do Estado de São Paulo poderia construir outro Memorial como este”.

Não sabemos se poderia ou não, mesmo porque, como tem sido fartamente divulgado pela imprensa, ninguém nunca vai saber o que realmente vai custar essa obra faraônica, construída irresponsavelmente, sem qualquer controle orçamentário pelo governador de São Paulo durante o mesmo período em que se negou sistematicamente a atender as justíssimas reivindicações salariais dos funcionários do seu governo sob a alegação de que não dispunha de recursos para atendê-las, e que é inaugurada no mesmo momento em que se anuncia que o déficit do Estado de São Paulo no ano passado foi um triste recorde: mais de 17%.

O que sabemos é que essa obra faraônica é um impo-

nente monumento ao tipo de político e de governante latino-americano que justifica a associação **pavloviana** que se faz, aqui e lá fora, entre América Latina, corrupção e incompetência. Por isso poderia chamar-se **Memorial da Corrupção e da Incompetência**. Esse, evidentemente, não é um peso que possa ser aliviado por um Plano Brady, por mais generoso que seja.